

UM LEVANTAMENTO SOBRE VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL NO ESTADO DE MINAS GERAIS POR MEIO DE DADOS DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE AGRAVOS E NOTIFICAÇÕES

A SURVEY ON CHILD SEXUAL VIOLENCE IN THE STATE OF MINAS GERAIS THROUGH DATA FROM THE INFORMATION SYSTEM OF DISEASES AND NOTIFICATIONS

Barbosa, Daiane dos Reis¹
Reis, Lidiane Dias²

RESUMO

Introdução: Assunto principal é a Violência Sexual Infantil, um levantamento de dados disponibilizados no Sistema de informação de Agravos e Notificações, enfatizando as responsabilidades da saúde pública, a importância das políticas públicas no processo de segurança, educação e saúde das crianças e familiares, dando assistência necessária. Vítimas de abuso sexual podem desenvolver traumas que as acompanharão durante a vida, impossibilitando-as de ter uma vida social saudável. **Objetivo:** Analisar a violência sexual contra crianças com base nas informações do Sistema de Informação de agravos de notificação. Objetivando descrever as características dos casos de violência sexual contra crianças, notificados por profissionais de saúde no período de (2009 - 2019) no estado de Minas Gerais. **Metodologia:** Será desenvolvido através do estudo transversal, descritivo e analítico, tendo como base o sistema de informações SINAN, utilizando dados secundários notificados de violência sexual contra crianças no estado de Minas Gerais. **Resultados e discussões:** 21,6% das notificações foram casos de violência sexual, no mesmo período foi registrado 19.188 mil notificações recebidas de 87,5% dos municípios. A residência da vítima é o principal local de ocorrência da violência, desconstruindo na criança a imagem do que seja um ambiente familiar saudável, sendo os principais possíveis autores o pai e amigos/conhecidos, os agressores são maioria do sexo masculino. **Considerações finais:** Foi obtido dados importantes que revelam o aumento de casos notificados de violência sexual contra crianças de 0 à 14 anos, no período de 2009 - 2019, em Minas Gerais, Brasil. Onde descreveu o papel da saúde pública na prevenção, proteção, no acolhimento e nas denúncias. Mostrando que é imprescindível o trabalho dos profissionais de saúde nas denúncias, que devem ser feitas de forma correta, com o máximo detalhes possíveis e indispensavelmente na vida das vítimas e familiares; disponibilizando acompanhamento psicológico, buscando evitar que possíveis traumas as acompanhem ao longo das suas vidas. Uma vez que segundo dados coletados no Sinan, os maiores possíveis causadores da violência são pessoas próximas e de confiança da família. Investir na saúde pública e na qualificação dos profissionais é a porta de entrada para garantir um atendimento eficaz e com equidade às crianças vítimas de violência sexual. **Palavras-Chave:** Abuso sexual infantil. Violência. Vigilância epidemiológica

ABSTRACT

Introduction: The main subject is Child Sexual Violence, a survey of data made available in the Information System for Diseases and Notifications, emphasizing the responsibilities of public health, the importance of public policies in the process of safety, education and health of children and families, giving assistance required. Victims of sexual abuse can develop traumas that will accompany them throughout life, making it impossible for them to have a healthy social

¹ Graduando(a) do curso Tecnologia em Gestão de Saúde Pública pela Universidade Estadual de Montes Claros, Joaíma, M G, Brasil.

²Título em Enfermagem pela Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

life. Objective: To analyze sexual violence against children based on information from the Information System for notifiable injuries. Aiming to describe the characteristics of cases of sexual violence against children, reported by health professionals in the period (2009 - 2019) in the state of Minas Gerais. Methodology: It will be developed through a cross-sectional, descriptive and analytical study, based on the SINAN information system, using reported secondary data on sexual violence against children in the state of Minas Gerais. Results and discussions: 21.6% of the notifications were cases of sexual violence, in the same period, 19,188 thousand notifications were registered, received from 87.5% of the municipalities. The victim's residence is the main place of occurrence of violence, deconstructing in the child the image of a healthy family environment, with the main possible perpetrators being the father and friends/acquaintances, the aggressors are of majority males. Final considerations: Important data was obtained that reveal the increase in reported cases of sexual violence against children aged 0 to 14 years, in the period 2009 - 2019, in Minas Gerais, Brazil. Where he described the role of public health in prevention, protection, reception and reporting. Showing that it is essential the work of health professionals in reporting complaints, which must be done correctly, with as much detail as possible and indispensable in the lives of victims and their families; providing psychological support, seeking to prevent possible traumas from following them throughout their lives. Since, according to data collected from Sinan, the biggest possible causes of violence are people close to and trusted by the family. Investing in public health and in the qualification of professionals is the gateway to ensuring effective and equitable care for children who are victims of sexual violence.

Key Words: Child sexual abuse. Violence. Epidemiological surveillance

INTRODUÇÃO

O trabalho aborda como tema principal a violência sexual infantil, onde foi feito um levantamento baseado nos dados disponíveis no Sistema de Informação de Agravos e Notificações (SINAN), onde o objetivo foi saber a quantidade de crianças violentadas sexualmente no estado de Minas Gerais no período de 2009 a 2019, como as notificações são realizadas, assim possibilitando descobrir alguns mecanismos de combate a violência sexual infantil de responsabilidade da saúde pública e o apoio que recebem através de profissionais da saúde quando buscam assistência. Pois as vítimas possivelmente desenvolvem traumas que as acompanharão durante a vida, contudo, com a ajuda de profissionais capacitados na área amenizará todo sofrimento futuro. (FERREIRA, 2005).

Segundo a lei 13.431 de 4 de abril de 2017, Art.4, III; a violência sexual é entendida como qualquer conduta que constranja a criança ou adolescente a praticar ou presenciar conjunção carnal ou qualquer outro ato libidinoso, inclusive exposição do corpo em foto ou vídeo por meio eletrônico ou não... (SECRETARIA-GERAL, 2017).

De acordo com Kaplan e Sadock (1990), os maus-tratos na infância representam uma doença médico-social que está assumindo proporções epidêmicas na população mun-

dial. O abuso sexual de crianças e adolescentes é um dos tipos de maus-tratos mais frequentes, apresentando implicações médicas, legais e psicossociais que devem ser cuidadosamente estudadas e entendidas pelos profissionais que lidam com esta questão. Diversos estudos demonstram que as consequências do abuso sexual infanto-juvenil estão presentes em todos os aspectos da condição humana, deixando marcas - físicas, psíquicas, sociais, sexuais, entre outras - que poderão comprometer seriamente a vida da vítima (criança ou adolescente) que passou por determinada violência. (FLORENTINO, 2015, p.2).

Pode-se afirmar que o abuso sexual e suas consequências sobre a saúde da vítima "são primeiramente uma violação dos direitos humanos, não escolhendo cor, raça, credo, etnia, sexo e idade para acontecer" (CUNHA; SILVA; GIOVANNETTI, 2008, p. 245).

As crianças precisam ser protegidas, desde que nascem é dever da família garantir todos os seus direitos. De acordo com a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, exposto no art. 2 "considera se criança a pessoa até 12 anos de idade incompletos..." e em relação ao art. 3 cita que

a criança e ao adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se

lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. (ESTATUTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE, 1990).

No dia 18 de Maio foi uma data escolhida como marco simbólico devido ao crime ocorrido 18 de Maio de 1973, em Vitória /ES, onde uma criança que tinha 8 anos de idade, chamada Araceli Crespo, foi brutalmente violentada, abusada e assassinada, o crime ficou conhecido como “Caso Araceli”. Então todo dia 18 de maio os órgãos de segurança, da saúde, dentre outros se reúnem para conscientizar a população sobre a importância da proteção das crianças. Visando a segurança dentro e fora de suas casas, através de conversas sobre o assunto e em caso de suspeitas ou certeza as denúncias devem ser feitas pelo Disque 100 ou nas delegacias especializadas. (MS, 2018).

A Lei 12.015 de 07/08/2009 modificou o Código Penal Brasileiro nos artigos que definem os tipos penais de crimes sexuais, extinguindo o “atentado violento ao pudor”, ampliando a definição de “estupro”, que era crime exclusivo contra a mulher (conjunção carnal pênis-vagina), para a prática de conjunção carnal ou qualquer ato libidinoso contra indivíduos de ambos os sexos, mediante violência ou grave ameaça. O “estupro presumido” e o “atentado violento ao pudor presumido”, referentes à ocorrência com vítimas menores de 14 anos, foram substituídos pelo crime de “estupro vulnerável. (VENTURA, 2013, p. 3).

Segundo a Organização Mundial de Saúde (2002, p.3) a uma estimativa que cento e cinquenta milhões de meninas e setenta e três milhões de meninos menores de 18 anos foram forçados a manter relações sexuais, ou sofreram outras formas de violência sexual com contato físico. Isso é um dado importante e pouco explanado, não há muitas campanhas voltadas para o combate dessa violência; é um assunto que deve ser mostrado e estudado mais a fundo.

Na área da saúde não tem muitos envolvidos nesse assunto, entretanto estudos apontam a formação dos profissionais de saúde, como uma das razões para o baixo índice de identificação. Algumas razões são, a maioria não sabe como abordar o assunto pelo medo de ofender a vítima; tem pouco tempo para atender os pacientes; não dispõem de recursos para oferecer às

crianças e acreditar que não faz parte de sua atribuição abordar o assunto. (PAVAO, 2008).

Alguns dos sinais de alerta são: curiosidade incomum sobre os genitais: mudanças de comportamento, problemas de sono e choro fácil; masturbação excessiva; problemas na escola; conhecimento sexual impróprio para idade; medo de ficar só com determinada pessoa; abandono das antigas brincadeiras; queixas somáticas, tais como dores recorrentes; brincadeiras sexuais agressivas; lesões genitais e/ou anais; hematomas; histórias de vitimização sexual por parte dos pais, que são sobreviventes do abuso e geralmente perpetuam o ciclo da violência sexual. (VENTURA, 2013, p.3).

De acordo com dados publicados em 11 de novembro de 2020, pelo jornal Estado de Minas Gerais, fornecidos pela Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG), de janeiro a abril de 2020 houve uma queda nas denúncias, total de 5835 casos, comparando com o mesmo período do ano de 2019, que são 8.909 casos de crianças/adolescentes vítimas de algum crime sexual e assim aconteceram aproximadamente 20 casos de violência sexual contra crianças e adolescentes por dia.

Objetivo Geral

Analisar nas notificações de violência sexual contra crianças até 14 anos de idade, com base nas informações do Sistema de Informação de Agravos de Notificação, objetivando descrever os números dos casos de violência sexual infantil, notificados por profissionais de saúde nos anos de 2009 a 2019, em Minas Gerais, Brasil.

Justificativa

O objetivo da escolha do tema foi a importância de falar sobre esse tipo de violência, mostrar com dados os números de casos, e que esse fator de violência não pode ser esquecido como se um crime contra crianças não fosse relevante. A violência sexual contra crianças é algo recorrente no estado de Minas Gerais, crianças são violentadas todos os dias. E o SINAN é uma das bases de dados por onde os órgãos baseiam-se para desenvolver projetos de proteção, cuidados, acolhimento e prevenção.

Contudo, podemos observar que diversos

profissionais de saúde não sabem que precisam publicar os dados desse crime, os últimos dados disponibilizados foram divulgados no ano de 2019. Os órgãos responsáveis já enfrentam dificuldades em receber denúncias de casos de abuso sexual contra crianças, são casos difíceis de encontrar causas e culpados devido ao silêncio da vítima e até mesmo família, pois em muitos casos os abusadores são pessoas próximas aos menores. Consequentemente à uma dificuldade em protegê-las, fazendo se necessário investir em campanha de conscientização e políticas públicas voltadas a proteção das crianças.

Devido aos traumas que podem ser desenvolvidos a criança possivelmente não terá uma adolescência e uma vida adulta saudável, não conseguindo manter uma vida social saudável. A gestão de saúde pública deverá oferecer atenção básica, como médicos, psicólogos e demais atendimentos que se fizer necessário.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo transversal, descritivo e analítico, tendo como base o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), utilizando dados notificados de violência sexual contra crianças no estado de Minas Gerais, no período de 2009-2019 e esse tipo de estudo dispensará avaliação de ética por se tratar de dados secundários, notificados por profissionais de saúde.

Este sistema de informações incorpora uma lista de doenças e agravos de notificação obrigatória, mediante ficha padronizada na qual são

registrados dados do indivíduo, sintomas, necessidade de hospitalização, exames laboratoriais e classificação final do caso. O instrumento de registro é preenchido por profissionais de saúde e posteriormente enviado aos núcleos de vigilância epidemiológica. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2015).

O estudo foi realizado através de dados inseridos no SINAN, baseando-se nas notificações de violência sexual contra crianças de 0 à 14 anos, habitantes no estado de Minas Gerais. As notificações foram coletadas em maio de 2021, por meio dos dados disponíveis no SINAN, cujo objetivo do sistema é a coleta e processamento dos dados sobre agravos de notificação em todo território nacional, como dados de violência sexual contra crianças. A concepção do SINAN foi norteadada pela padronização de conceitos de definição de caso, pela transmissão de dados a partir da organização hierárquica das três esferas de governo, municipal, estadual e federal, pelo acesso à base de dados necessária a análise epidemiológica e pela possibilidade de disseminação rápida dos dados gerados na rotina do Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica do Sistema Único de Saúde (SUS). (LANGUARDIA.2004).

Com extensão territorial de 586.513,993 km², o estado de Minas Gerais possui uma estimativa de 21.292.666 milhões de habitantes, contendo 853 municípios de acordo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (IBGE,2020). E de acordo ao censo do IBGE de 2012, havia no estado 19.855.332 milhões de habitantes, sendo aproximadamente 22,42% da população de crianças de 0 à 14 anos.

Tabela 1

População residente por Faixa Etária e Sexo

Período:2012			
Faixa Etária	Masculino	Feminino	Total
Menor 1 ano	134.285	128.861	263.146
1 a 4 anos	524.175	506.791	1.030.966
5 a 9 anos	735.604	712.187	1.447.791
10 a 14 anos	869.222	840.864	1.710.086
Total	2.263.286	2.188.703	4.451.989

A análise foi realizada por estatística descritiva. Os resultados foram encontrados a partir da coleta dos números de casos, através das frequências violência sexual, faixa etária, sexo, raça e local de recorrência. Possibilitando uma análise descritiva, confrontando-os e descrevendo a divergência existente nos dados disponíveis, calculando assim o aumento dos casos no período mencionado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No período de 2009-2019 foram registrados no SINAN 88.834 mil notificações de violência interpessoal/autoprovocada contra crianças de até 14 anos de idade, contabilizando também as ign/branco. Os dados foram anexados em forma de planilha, demonstrado na tabela 2.

Tabela 2

VIOLÊNCIA INTERPESSOAL/AUTOPROVOCADA - Minas Gerais						
Frequência por Ano da Notificação e Faixa Etária						
Faixa Etária: Ign/Branco, <1 Ano, 1-4, 5-9, 10-14						
Período:2009-2019						
Ano da Notificação	Ign/Branco	<1 Ano	01-04 anos	05-09 anos	10-14 anos	Total
2009	-	26	129	157	281	593
2010	6	129	354	341	673	1.503
2011	-	239	536	584	1.245	2.604
2012	-	345	726	810	1.790	3.671
2013	35	393	744	1.111	2.531	4.814
2014	143	390	955	1.313	2.949	5.750
2015	98	473	1.078	1.369	3.012	6.030
2016	132	455	1.052	1.352	2.879	5.870
2017	43.860	-	-	-	-	43.860
2018	3	538	1.309	1.611	3.571	7.032
2019	107	376	1.204	1.495	3.925	7.107
Total	44.384	3.364	8.087	10.143	22.856	88.834

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net

Desse número, 21,6% das notificações foram casos de violência sexual, como mostra a tabela 3, no mesmo período foi registrado 19.188 mil notificações recebidas de 87,5% dos municípios mineiros. Apenas no ano de 2017 todas as notificações foram ign/branco, que por

seu sinal é um número bem expressivo comparando com o total geral, já nos demais anos houve um aumento significativo dos casos e gradativo entre eles. De acordo com os dados crianças de 10 à 14 anos foram as que mais sofreram violência sexual durante o período,

Tabela 3

Faixa Etária: Ign/Branco, <1 Ano, 1-4, 5-9, 10-14						
Viol Sexual: Sim						
Período:2009-2019						
Ano da Notific	Ign/Branco	<1 Ano	01/04	05/09	10/14	Total
2009	-	8	70	101	169	348
2010	-	19	138	173	308	638
2011	-	23	189	314	392	918
2012	-	31	246	392	580	1.249
2013	1	34	302	494	698	1.529
2014	6	19	368	565	828	1.786
2015	4	23	404	573	825	1.829
2016	10	44	414	566	780	1.814
2017	3.932	-	-	-	-	3.932
2018	-	39	631	787	1.066	2.523
2019	9	48	682	744	1.139	2.622
Total	3.962	288	3.444	4.709	6.785	19.188 (21,6%)

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net

Na tabela 4, foram distribuídas as notificações coletadas de acordo as frequências: sexo, cor da pele, locais de ocorrências, encaminhamento para setor de saúde e escolaridade. As crianças de 0 a 14 anos mais violentadas são da cor parda sendo 6.555 mil casos notificados e a cor branca totalizando 4.445 mil. Onde foi possível perceber que 81,6% das notificações de violência sexual recebidas são de crianças do sexo feminino. Os locais de ocorrências selecionados foram observados e são nas residências onde ocorre mais vítimas, de acor-

do com os dados 9.435 crianças são violentadas dentro do próprio lar.

Os ambulatórios recebem 3.988 mil crianças de 0 à 14 anos baseado nos casos notificados, 291 são internadas em hospitais e as demais notificações não foram especificadas de acordo ao encaminhamento de setores de saúde. Em relação a escolaridade, devido à baixa idade muitas crianças ainda não frequentam as escolas, tendo um nível mais de alfabetização crianças de 05 à 14 anos.

Tabela 4

Distribuição de notificações de violência sexual contra crianças de 0 à 14 anos, de acordo com o SINAN.						
Período:2009-2019						
Características	Ign/Branco	<1 Ano	01-04 Anos	05-09 Anos	10-14 Anos	Total de Notific. de casos
Sexo						
Ignorado	1	-	2	1	-	4
Masculino	540	60	770	1.407	766	3.543
Feminino	3.421	228	2.672	3.301	6.019	15.641
Raça						
19.188						

Ign/Branco	337	57	577	682	777	2430	19.188
Branca	1233	84	1164	1334	1863	5678	
Preta	513	40	301	620	972	2446	
Amarela	34	1	23	42	65	165	
Parda	1837	106	1364	2006	3079	8392	
Indígena	8	-	15	25	29	77	
Local de Ocorrência							
Residência	2178	170	2136	3122	4007	11613	16.467
Habitação Coletiva	41	-	23	52	60	176	
Escola	103	14	198	235	124	674	
Local de pratica espor- tiva	29	-	5	23	49	106	
Bar ou Similar	48	-	11	26	47	132	
Via pública	597	14	54	211	752	1628	
Comércio/Serviços	31	2	2	15	58	108	
Indústrias/construção	18	1	3	13	36	71	
Outros	415	32	299	435	778	1959	
Encaminhamento Setor de Saúde							
Encaminhamento am- bulatorial	18	94	782	1.175	1.919	3.988	19.188
Internação Hospitalar	-	12	63	105	111	291	
Não se aplica	-	5	135	245	291	676	
Ignorado	2	10	144	223	233	612	
Em Branco	3.942	167	2.320	2.961	4.231	13.621	
Escolaridade							
Ign/Branco	923	-	7	792	2.003	3.725	19.188
Analfabeto	33	-	-	10	20	63	
1ª a 4ª série incomple- ta do EF	347	-	1	1.477	568	2.393	
4ª série completa do EF	156	-	-	251	435	842	
5ª a 8ª série incomple- ta do EF	747	-	-	134	3.112	3.993	
Ensino fundamental completo	175	-	-	2	367	544	
Ensino médio incom- pleto	296	-	-	-	237	533	
Ensino médio completo	265	-	-	1	24	290	
Educação superior incompleta	93	-	-	-	-	93	
Educação superior completa	63	-	-	-	-	63	
Não se aplica	864	288	3.436	2.042	19	6.649	
Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net							

Na tabela seguinte, estão os números sobre os casos notificados de acordo ao possível autor da violência, descrevendo parentesco e grau de conhecimento entre o autor e a criança, das 17.796 mil notificações, incluindo as ign/

branco, aproximadamente 32,9% são amigos e conhecidos, 14,39% são desconhecidos, 12,22% são ocasionados pelo pai, 10,6% são o padrasto e os demais dados estão anexados na tabela 5 abaixo.

Tabela 5

Distribuição de notificações do possível autor da violência sexual contra crianças de 0 à 14 anos, de acordo com o SINAN.						
Período: 2009-2019						
Características	Ign/Branco	<1 Ano	01-04 Anos	05-09 Anos	10-14 Anos	Total de Notific. de casos
Possível Autor da Violência						
Pai	352	45	657	558	561	2173
Mãe	79	10	50	91	74	304
Padrasto	287	22	275	528	787	1899
Madrasta	7	-	14	14	7	42
Cônjuge	144	4	3	1	20	172
Ex-cônjuge	77	3	1	4	3	88
Namorado	164	2	7	4	563	740
Ex-namorado	63	-	2	2	53	120
Amigo/conhec	1067	61	736	1615	2365	5844
Desconhecido	950	32	230	317	1031	2560
Cuidador(a)	42	10	86	40	25	203
Pessoa com relação institucional	54	4	67	44	48	217
Outros Vínculos	487	47	834	1132	934	3434
17.796						
Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net						

Essa pesquisa foi realizada com o intuito de chamar a atenção para a importância de proteger as crianças, e consequentemente aumentar a visibilidade de uma realidade em que muitas crianças vivem, ainda tem muito o que ser feito quando falamos de proteção e cuidados com a população infantil brasileira. Esse tipo de violência tem consequências para a saúde física e mental nas pessoas que vivenciam, tendo impacto no desenvolvimento psicossocial das crianças e adolescentes, no bem estar das famílias, sendo assim desafios para os gestores e profissionais de saúde. (MINISTERIO DA SAÚDE, 2018).

De acordo com a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, exposto no art. 3, a criança e ao adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

No período em que os dados foram coletados o número de casos notificados cresceram gradativamente, demonstrando a importância do profissional de saúde e de outros órgãos de defesa e proteção na disponibilização desses dados no SINAN, o preenchimento correto das fichas permitem observar o grau de prevalência da violência sexual contra as crianças mineiras, se as notificações aumentaram, o número de crianças violentadas também é visivelmente maior, isso é um dado preocupante. A residência da vítima é o principal local de ocorrência da violência, desconstruindo na criança a imagem do que seja um ambiente familiar saudável. Sendo os principais possíveis autores o pai e amigos/conhecidos, os agressores são maioria do sexo masculino.

A rede de atenção integral que atende crianças e adolescentes em situação de violência tem como objetivo orientar, fortalecer e incentivar profissionais e gestores a promover a saúde, prevenir a violência e proteger os direitos da criança e do adolescente nas ações planejadas. Atenção Primária à Saúde configura-se como porta de entrada preferencial do SUS e os profissionais que nela atuam. A proximidade com as famílias, faz com que seja capaz de identificar sinais e sintomas de violências em crianças e adolescentes, realizando o acolhimento, atendimento, notificação dos casos e encaminhamen-

to das vítimas na rede de cuidados. A limitação desta pesquisa reside no fato de que a violência sexual pode ser subnotificada, dificultando a visibilidade da real prevalência desse fenômeno no município. Os casos ocorridos alertam para o reconhecimento da violência como problema de saúde pública e reforçam a necessidade do engajamento de serviços que atuam na proteção dos direitos de crianças e adolescentes, como estratégia para a sua prevenção, qualificação do acolhimento, atendimento e seguimento em rede cuidado. (Miranda MHH, Fernandes FECV, Melo RA, Meireles RC, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a pesquisa foi obtido dados importantes que revelam o aumento de casos notificados de violência sexual contra crianças de 0 à 14 anos, no período de 2009 - 2019, em Minas Gerais, Brasil. Onde descreveu o papel da saúde pública na prevenção, proteção, no acolhimento e nas denúncias, pois através delas o objetivo desse trabalho foi alcançado.

Analisou-se o número de casos de acordo a série temporal e faixa etária, com outras variáveis como sexo, raça, escolaridade, possível autor, local de ocorrência, etc... identificando assim que as crianças mais violentadas são do sexo feminino, de cor de pele parda, tendo como agravante as residências como local de maior ocorrência da violência, pois esse fato dificulta o recebimento das denúncias e a proteção da vítima.

O cuidado com as crianças deve e precisa ser primordial para que as mesmas tenham uma vida adulta saudável, pois com a intervenção desde a atenção primária, com acompanhamento profissional necessário é possível interromper o ciclo de violência, diminuindo a possibilidade de traumas e depressão.

Mostra-se necessário a educação e capacitação de profissionais para o manuseio e preenchimento das fichas de notificação do SINAN e principalmente no atendimento as vítimas, com o intuito que todas denúncias e casos confirmados de violência sejam disponibilizadas na base de dados.

A limitação encontra-se no fato do estudo ser realizado tendo como fonte principal dados secundários, impossibilitando o aprofundamento nas possíveis causas e consequências do objeto de estudo.

É importante que mais estudos sejam

realizados sobre o tema, para que mais projetos nos serviços de saúde possam ser desenvolvidos para que as crianças sejam devidamente protegidas e acolhidas.

REFERÊNCIAS

BÖHM, A, et al. Tendência de incidência de sangue no Brasil, 2002-2012, *Epidemiol. Serv. Saúde*, v. 25, n 4 p.1-89, 2016. Disponível em <<https://www.scielo.org/article/ress/2016.v25n4/725-733/>>. Acesso em: 25 maio 2021.

BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO. *Secretaria De Vigilância Em Saúde. Ministério da Saúde*. Análise epidemiológica da violência sexual contra crianças e adolescentes, 2011 a 2017.vol.49. pag.10.2018. Disponível em: <<https://portalquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2018/junho/25/2018-024.pdf>>. Acesso em 25 maio 2021.

BRASIL.LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>

BRASIL.LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso 10 fev. 2021.

BRASIL. LEI Nº 13.431, DE 4 DE ABRIL DE 2017, art.4, inciso III. *Presidência da República Secretaria-Geral Subchefia para Assuntos Jurídicos*. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Lei/L13431.htm. Acesso em: 06 fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde .18 de maio: Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, 2018. Disponível em:<<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2018/maio/18-de-maio-dia-nacional-de-combate-ao-abuso-e-a-exploracao-sexual-de-criancas-e-adolescentes>> Acesso em: 06 fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Linha de cuidado para atenção integral à saúde de crianças e adolescentes e suas famílias em situação de violência. Disponível em:<http://bvsm.saude.gov.br/bvs/publicacoes/linha_cuidado_criancas_familias_violencias.pdf>. Acesso em: 25 maio 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Sistema de Informação de Agravos e Notificação [Internet]. Brasília: Ministério da Saúde; 2015 [citado 2015 abr 15]. Disponível em: <<http://dtr2004.saude.gov.br/sinanweb/>>. Acesso em: 10 abril 2021.

CUNHA, E. P.; SILVA, E. M.; GIOVANETTI, A. C. Enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil: expansão do PAIR em Minas Gerais. *Belo Horizonte: UFMG*, p. 1- 398, 2008. Disponível em: https://www.academia.edu/10587663/ENFRENTAMENTO_%C3%80_VIOL%C3%80ANCIA_SEXUAL_INFANTO_JUVENIL_Expans%C3%A3o_do_PAIR_em_Minus_Gerais. Acesso em: 06 fev. 2021.

FERREIRA, A. L. Acompanhamento de crianças vítimas de violência: desafio para pediatria. *Jornal de Pediatria*.v.81, n.5, p. 1 - 8, 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/jped/a/GGVvJ6Xw4rqR9LwKVkrpPhs/?lang=pt>>. Acesso em: 06 fev. 2021.

FLORENTINO, B. R. B. As possíveis consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes. *Revista de Psicologia*, v. 27, n. 2, p. 139-144, 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/fractal/v27n2/1984-0292-fractal-27-2-0139.pdf>>. Acesso em 06 fev. 2021.

IBGE, Cidades e Estados - Minas Gerais, 2020. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg.html>>. Acesso em: 23 maio 2021.

LANGUARDIA, J, et al. Sistema de informação de agravos de notificação em saúde (Sinan): desafios no desenvolvimento de sistema de informação de saúde. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v. 13, n.3, p. 1 - 12, 2004. Disponível em: <http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742004000300002>. Acesso em: 25 maio 2021.

MAC. A, LIMA. D. Em Minas, 19 crianças e adolescentes sofrem abusos sexuais todos os dias; denuncie. *Jornal Estado de Minas Gerais*, 2020. Disponível em:<https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/11/06/interna_gerais,1202096/em-minas-19-criancas-e-adolescentes-sofrem-abusos-sexuais-todos-os-di.shtml>. Acesso em:06 fev. 2021.

MIRANDA, M.H.H, FERNANDES F.E.C.V, MELO R.A, MEIRELES R.C. Violência sexual contra crianças e adolescentes: uma análise da preva-

lência e fatores associados. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**. p.1-8, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/reeusp/v54/1980-220X-reeusp-54-e03633.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2021.

PAVAO, M. T. B. Os outros olhares necessários no cuidado do abuso sexual infantil para além da Saúde Mental. **Boletim do instituto de saúde**, 2008. Disponível em:<[http://periodicos.](http://periodicos.ses.sp.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-18122008000200014&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)

[ses.sp.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-18122008000200014&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://periodicos.ses.sp.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-18122008000200014&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em: 10 abril 2021.

VENTURA, R. N. Abuso sexual na criança. **UNA-SUS UNIFESP**, 2013. Disponível em:<https://www.unasus.unifesp.br/biblioteca_virtual/pab/4/unidades_casos_complexos/unidade31/unidade31_ft_abuso.pdf>. Acesso em: 10 abril 2021.